

Orçamento não sai e ameaça colheita

ANA CLÁUDIA BARBOSA

O atraso na aprovação do Orçamento Geral da União, vetado parcialmente pelo presidente José Sarney, poderá afetar sensivelmente a agricultura brasileira, já com evidenciada queda de renda nos últimos seis anos. Os agricultores, representados por pelo menos três grandes e fortes entidades — a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), a Sociedade Rural Brasileira e a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) — se mobilizaram para forçar o Governo a dar uma solução ao assunto, de modo que até março existam recursos à disposição do setor para colheita. Empréstimo do Governo Federal (EGF) e Aquisição do Governo Federal (AGF).

A princípio, o objetivo era pressionar o Executivo a resolver o problema através da medida provisória, ou seja, da maneira mais rápida. Mas a Procuradoria Geral da República desaconselha abrir caminho por ai, ou pela aprovação de créditos especiais. O orçamento de crédito (totalmente vetado) e demais partes do OGU serão mesmo restabelecidas através de projeto de lei. Isso significa que, com muita sorte, o Orçamento estará em vigor no princípio de março.

Os mais realistas acreditam que o Congresso não conseguirá se reunir para votar o projeto de lei antes do final de março, o que geraria sérios problemas a diversos setores, entre eles a agricultura. Apesar de o setor já ter realizado em torno de 90 por cento de seu trabalho, os últimos 10 por cento são essenciais e necessitam, logo de início, de verba significativa.

Segundo informou Angelo Pressan Filho, superintendente de apoio técnico da Companhia de Financiamento da Produção (CFP), estão contratados no OGU para colheita NCZ\$ 500 milhões — 12 por cento do volume total do crédito de custeio. Sem esse valor dis-

ponível, o agricultor precisará buscar financiamentos de outra fonte, a juros mais elevados. E havendo atraso no recebimento de recursos para a colheita, o agricultor também não terá a tempo o EGF, nem o Governo desporá da AGF para enxugar o mercado nacional de grãos e fazer seus estoques.

Na CFP, não há clima de alarde. Angelo Pressan Filho lembra que o grosso da safra só entrará depois do dia 20 de março e apostava que, até lá, o OGU já teria sido aprovado pelo Congresso. No Ministério da Fazenda, alguns técnicos da Secretaria de Assuntos Econômicos acreditam que o dinheiro do MCR-18 (recursos da exigibilidade dos bancos) pode ser suficiente, pelo menos para o início do EGF.

Na CNA, os técnicos não compartilham do mesmo pensamento, alegando que a falta de crédito para comercialização pode "aviltar os preços mínimos". Na quarta-feira passada, quando o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, esteve reunido com lideranças rurais na CNA, ouviu de um deles queixas contra essa situação, interferindo especificamente na produtividade do arroz.

Para os produtores de arroz, o estoque do produto em mãos do Governo é muito grande e a oferta no mercado interno, farta. Portanto, quando tiver início a colheita e em seguida a comercialização não haverá demanda, provocando uma queda do preço mínimo. Contudo, se o Governo tiver dotação para adquirir o produto, restabelecerá um equilíbrio automático nos valores de venda.

VALIDADE

Outro questionamento da CNA é quanto à validade da safra de grãos 88/89 divulgada pelo Governo, devendo ficar em torno de 55 milhões de toneladas. Para a entidade, a safra, em peso físico, não é um indicador

válido ao desempenho da agricultura brasileira. O crescimento da produção, ocorrido nos últimos anos, se deve mais ao aumento da produtividade que da área plantada.

Pelos dados da CNA, a ampliação de área tem ocorrido a ritmo lento — 1 por cento ao ano — enquanto a produtividade, em função da difusão de tecnologia e melhoramento do sistema pesquisa/extensão, é praticamente o único fator de propulsão da agricultura. Não existe incentivo ao produtor através da melhoria de preços ou maior demanda.

Comprovando a afirmação, os técnicos da entidade citam que os produtos de maior expansão são os de alta elasticidade de renda, como carnes, frutas e hortaliças, além da soja — que encontra boa procura no mercado externo. Quanto aos produtos básicos (arroz, feijão e mandioca), o mercado está saturado.

Na visão da CNA, a safra 88/89 será suficiente para abastecer o mercado interno não porque tem bom volume, mas essencialmente porque não haverá demanda. O programa de estabilização econômica traz embutida recessão e, portanto, retração do mercado consumidor.

Esse quadro todo só tende a atingir ainda mais a renda agrícola, criticam as lideranças rurais. A renda bruta do setor nos últimos seis anos está abaixo dos valores medidos a preços constantes, ou seja, abaixo da média dos últimos 12 anos. E poderá cair mais um pouco se nada for feito para restabelecer ao setor os créditos de custeio e comercialização de safra antes de março.

No dia 15 de fevereiro a CFP deve divulgar a última previsão de safra antes do início da colheita. Há alguns dias, os técnicos do órgão estão no campo, apurando os números mais próximos da realidade. A estimativa é de que os números não apresentem grandes alterações.